

PAULO BERNARDO, os Direitos Fundamentais e a potencialidade democrática da Lei de Acesso à Informação

Eneida Desiree Salgado - Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado – das Faculdades Integradas do Brasil. Professora do Departamento de Direito Público da UFPR.

Paulo Bernardo da Silva é um servidor público e um militante. Começou a atuar no movimento estudantil em 1973 na Universidade de Brasília, onde estudava Geologia. Foi expulso em 1975, por tentar reorganizar o Diretório Central dos Estudantes. No mesmo ano, ingressou no Banco do Brasil, fazendo carreira na área de processamento de dados.

Entrou no Partido dos Trabalhadores com a redemocratização, em 1985, e em 1990 candidatou-se à Câmara dos Deputados e obteve sucesso. Eleito por três vezes deputado federal pelo Estado do Paraná, atuou também no Poder Executivo, como Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul e de Londrina e como Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2005 a 2010.

É Ministro das Comunicações desde 1º de janeiro de 2011 e parece estar onde gosta. Freqüentador assíduo das redes sociais, responde pessoalmente às mensagens – e convites – que recebe e entra em boas discussões no espaço virtual. Compartilha músicas brasileiras, crônicas, notícias de cultura, de tecnologia e até de política; permite-se, de quando em quando, postagens pessoais. Pessoalmente, não destoa de seu perfil e é acessível e bem humorado. Responde com firmeza e tranquilidade até esmo perguntas delicadas, mostrando equilíbrio na defesa de seus pontos de vista.

Está determinado a ampliar o acesso dos brasileiros à internet, com banda larga e, em alguns casos, por satélite, permitindo maior controle e participação popular. Até agora, tem como principal resultado de sua atuação junto ao Ministério das Comunicações, a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – que representa, ao menos normativamente, uma revolução na Administração Pública brasileira ao impor a transparência. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal, ressaltando que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Pretende disciplinar as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente o seu acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo; garantindo que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Por outro lado, afirma também caber à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a toda a comunidade, o que é extremamente importante no Brasil de hoje, por delimitar claramente seu alcance.

O mesmo diploma normativo lança novo olhar sobre o período da ditadura brasileira, ao disciplinar de maneira distinta o sigilo das informações.

Seus principais desafios à frente da pasta são o marco regulatório da internet, o marco regulatório da comunicação social – com temas polêmicos como o controle social da mídia e o monopólio nos meios de comunicação – e a garantia da qualidade da prestação de serviços de telecomunicações.

Paulo Bernardo Silva representou o Paraná em três legislaturas como deputado federal, foi secretário de fazenda do Mato Grosso do Sul e da prefeitura de Londrina. Participou do governo do presidente Lula como ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, e atualmente ocupa o Ministério das Comunicações.

Foi oportuna a promulgação da Lei que, enfim, torna operacionais os dispositivos do acesso a informações preunciado em nossa Constituição. Igualmente oportuna é a vinda de uma figura pública com a dimensão política do ministro Paulo Bernardo para falar sobre este assunto.

Belas brigas para um político que sempre foi marcado pelo comedimento e pela busca de consensos.